

RECURSO ESPECIAL Nº 1.329.478 - RS (2012/0125728-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : AGRO PECUARIA CALIFORNIA COMERCIO E INDUSTRIA S/A
AGROINSA
ADVOGADO : FERNANDO ANTONIO PEREIRA MAGNUS - RS005851
RECORRIDO : ROBERTO FERREIRA HARTMANN E OUTROS
AGRAVANTE : ROBERTO FERREIRA HARTMANN E OUTROS
ADVOGADO : LUÍS ANTÔNIO DA LUZ - RS024754
AGRAVADO : AGRO PECUARIA CALIFORNIA COMERCIO E INDUSTRIA S/A
AGROINSA
INTERES. : JACOB ÍTALO HARTMANN

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por AGRO PECUARIA CALIFORNIA COMERCIO E INDUSTRIA S/A AGROINSA com fundamento no art. 105, inciso III, "c" da CFRB contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sula assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO. PRETENSÃO DOS EMBARGANTES DE SALVAGUARDAR 50% DO IMÓVEL PENHORADO NA EXECUÇÃO MOVIDA CONTRA O PAI, NA QUALIDADE DE HERDEIROS DA MAE FALECIDA. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A DÍVIDA NÃO SE REVERTEU EM BENEFÍCIO DA FAMÍLIA.

1. Trata-se de ação de embargos de terceiro, na qual os embargantes, pretendem salvaguardar 50% do imvel penhorado nos autos da execução movida contra o pai, na qualidade de herdeiros da mãe falecida, a qual foi julgada improcedente na origem.

2. Os embargantes não se desincumbiram do ônus de provar que a dívida não foi contraída em benefício da sociedade familiar, a teor do art. 333, 1 do CPC, sendo que a simples alegação de que não obtiveram qualquer vantagem sobre o negócio realizado pelo seu pai, desacompanhada de qualquer elemento probatório neste sentido, não tem o condão de afastar a presunção de que a dívida foi contraída em benefício da entidade familiar.

Precedentes Jurisprudenciais.

A PELA ÇA O DESPROVIDA. RECURSO ADESIVO NÃO CONHECIDO, VENCIDO O RELATOR QUE DA VA PRO VIMENTO AO RECURSO ADESIVO." (e-STJ fl. 443)"

Nas razões do recurso especial, o recorrente ofensa e divergência jurisprudencial quanto ao art. 500 do CPC/73 aduzindo, em síntese, que em se tratando de pleito recursal visando à majoração da verba honorária, é cabível a interposição na modalidade adesiva, ainda que vencedora a parte na demanda.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 493).

É o relatório. Decido.

A irresignação do recorrente merece prosperar.

Sobre a possibilidade de interposição de recurso adesivo, pela parte que venceu a demanda principal, na hipótese de o aresto atacado ter fixado os honorários advocatícios com valor inferior ao pleiteado a Corte de origem afirmou:

"Com efeito, não tendo havido sucumbência recíproca, pressuposto de admissibilidade do recurso adesivo, este não está a merecer conhecimento. Neste sentido os seguintes precedentes: " (e-STJ fl.451)

Ocorre que tal entendimento vai de encontro à jurisprudência assente desta Corte, segundo a qual em interesse em recorrer a parte que busca majoração dos honorários advocatícios.

Sobre o tema, destaco, ainda, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA 326/STJ. RATIO DECIDENDI. RECURSO ADESIVO EM APELAÇÃO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ESTIPULADOS EM SENTENÇA. CABIMENTO. SÚMULA 83/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONDUTA PRATICADA POR AGENTE PÚBLICO, OFENSA À HONRA E DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. POSSIBILIDADE DE REVISÃO PELO STJ. VALOR FIXADO CONSIDERADO EXCESSIVO.

(...)

3. A jurisprudência do STJ está consolidada no sentido da possibilidade de manejar Recurso Adesivo em Apelação na hipótese em que se pretende apenas a majoração da verba honorária estipulada em sentença.

(...)

7. Agravo Interno conhecido para dar parcial provimento ao Recurso Especial.

(AgInt no REsp 1710637/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 23/11/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73)

- AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE ADVERSA. INSURGÊNCIA DO REQUERIDO.

1. Nos termos do artigo 500 do CPC/1973, é requisito para o cabimento do recurso adesivo a sucumbência recíproca, entendida como a existência de interesse das partes em obter a reforma da decisão impugnada, ou seja, a existência de sucumbência material, não apenas formal. Precedente da Corte Especial.

2. Consoante a jurisprudência deste Tribunal, tem interesse em recorrer a parte que busca majoração dos honorários advocatícios.

3. No caso em tela, a casa bancária interpôs, em face da sentença de improcedência do pedido autoral, recurso de apelação buscando a majoração da verba honorária, ao que se seguiu apelo adesivo dos autores. Uma vez conhecido o recurso principal, impõe-se o conhecimento do adesivo. Precedente.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 364.820/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 02/03/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ADESIVO. FINALIDADE ÚNICA DE MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ.

O Superior Tribunal de Justiça tem, de forma reiterada, julgado pela possibilidade de interposição de recurso adesivo com a finalidade única de majoração do valor fixado a título de verba honorária. Incidência da Súmula 83/STJ. Agravo improvido.

(AgRg no REsp 1040312/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2008, DJe 11/09/2008)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar a remessa dos autos ao Eg. Tribunal de origem, para que proceda ao julgamento da apelação adesiva interposta pela ora recorrente como entender de direito.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator